

Autora: Luísa Machado Montedo de Oliveira/CNPQ

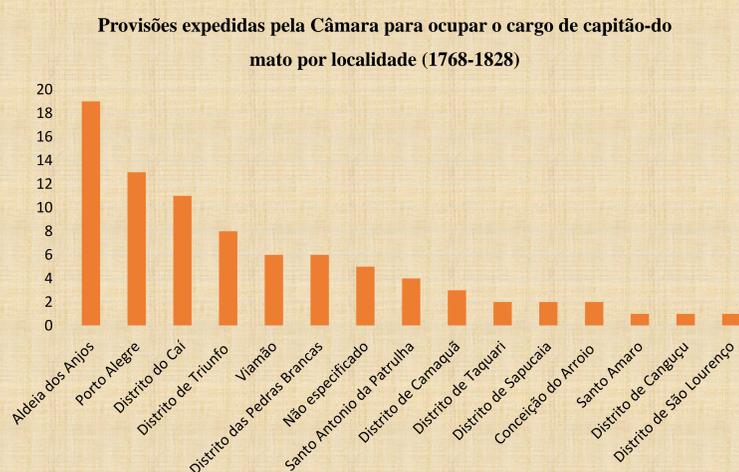
Orientadora: Prof.^a Helen Osório

Controle e ação repressiva: Capitães-do-Mato no Rio Grande de São Pedro (1768-1828)

Objetivo: Compreender o papel desempenhado pelos capitães-do-mato no Rio Grande do Sul escravista e analisar a institucionalidade do cargo no âmbito do poder camarário. E por fim, procurar-se-á identificar através de características atribuídas aos sujeitos, a camada social da qual provinham.

Fontes: Atas da Câmara do Rio Grande de São Pedro, correspondência passiva da Câmara e livro de posses da Câmara. Todos os documentos estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal Moisés Velinho.

Metodologia: Foi elaborado um banco de dados onde foram colocadas, classificadas e resumidas as Atas da Câmara e a correspondência recebida pela mesma instituição no período de 1767 a 1808. Apesar do banco alocar a documentação somente do período colonial, decidiu-se avançar até o ano de 1828 para que se pudesse ter um maior número de fontes, e também porque no mesmo ano foi promulgada a lei que modificou as competências das Câmaras Municipais.



A justificativa desta pesquisa dá-se devido a escassa produção historiográfica acerca da emblemática figura do capitão-do-mato. De acordo com Nauk M. de Jesus, pouco sabe-se “sobre o significado político do cargo e se por meio dele esses homens não brancos alcançavam alguma ascensão social”. Os capitães eram nomeados pela Câmara para exercer a função de capturar escravos fugidos e destruir quilombos, e como qualquer cargo camarário, era necessário obter provisão para exercê-lo. Em aviso vindo da Corte em 23/04/1813 é explicitado que a nomeação era considerada privativa da Câmara, para períodos determinados e com possibilidade de renovação.

Entende-se nesta pesquisa que o cargo era uma das formas de controle social instituída pela metrópole e posta em prática através das Câmaras Municipais, órgão por excelência dos poderes locais, assegurando, desta forma, a defesa dos interesses senhoriais e a ordem pública. Russel-Wood afirma que as nomeações feitas pelas câmaras seguiam a demanda pelos serviços. Os resultados desta pesquisa vão ao encontro com o que propôs o autor, como pode-se verificar em Ata da Câmara do dia 18/06/1773, onde acordam que “visto haver neste Continente uma multidão de escravos fugidos metidos em quilombos fazendo estes grandes roubos, passam provisão de capitão-do-mato a Salvador da Luz Camacho, pelo tempo de um ano, para prender e segurar os escravos até que fossem entregues aos seus senhores.”

A ata do dia 18/04/1798 explícita a maneira violenta e cruel como os escravizados eram tratados quando apanhados em fuga ou aquilombados; destarte, ilustra o modo como os capitães deveriam agir, pois consta que “deveria-se fazer um F para marcar os escravos apanhados em quilombo. Também mandou-se fazer um tronco para o capitão-do-mato segurar os escravos que forem apanhados em quilombos, para eles se fazer a execução que a lei determina, antes de entrar na cadeia.”

Desta forma, conclui-se que no Rio Grande do Sul existiu demanda para que os cargos fossem ocupados. Constatou-se que oitenta e quatro provisões foram expedidas para mais de quinze localidades distintas; no entanto, através da leitura das atas percebeu-se que nem todos os homens faziam-se presentes para tomar posse, mas atuavam no cargo da mesma maneira. Verificou-se também que a ocupação era exercida normalmente pelo período de um ano, sendo que diversas vezes foram renovadas. Do mesmo modo, constatou-se que sujeitos com sobrenomes iguais estiveram no cargo durante o mesmo período e na mesma localidade, o que possibilita a reflexão de que membros da mesma família possam ter se ocupado nesta tarefa. Na documentação utilizada há menção em apenas três momentos sobre a condição ou cor dos capitães-do-mato, sendo um pardo, e dois pardos forros. Contudo, apesar de ser um indicativo pequeno, sugere-nos o meio social do qual provinham.



Imagem: Capitão-do-Mato. Rugendas, 1823.

REFERÊNCIAS:

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JESUS, Maria Nauk de. “Com capacidade e suficiência para exercer a dita ocupação”: Notas de pesquisa sobre os capitães-do-mato na Capitania de Mato Grosso. **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII**. / Rafael Chamboleyron & Karl-Heinz Arenz (orgs.). Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014.